

DA TERRA AO PRATO: A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NAS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE FAMÍLIAS ASSENTADAS¹

Henrique Carmona Duval²

Norma Felicidade L. S. Valencio³

Vera Lúcia S. Botta Ferrante⁴

Resumo: O foco deste estudo é a produção de alimentos para o autoconsumo familiar no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara/SP. Parte-se da categoria social do assentado rural para analisar sociologicamente como suas origens e trajetórias de lutas sociais auxiliam sua reconstrução como agricultor na reforma agrária. Tal reconstrução, material e simbólica, se dá pela forma como os assentados têm produzido seus próprios alimentos com princípios de uma agricultura sustentável, tendo por base a tradição de fazê-los.

Palavras-Chave: Assentamento Rural; Autoconsumo; Agricultura Sustentável.

Abstract: *The focus of this investigation is the food production to the familial alimentary consumption in Monte Alegre settlement, in the region*

¹Texto publicado originalmente nos anais da IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, Feagri/Unicamp, 2009.

²Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural - UFSCar e bolsista Funadesp de Apoio Técnico do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) - Uniara/Unesp. henriquecarmona@hotmail.com

³Professora do Departamento de Sociologia, orientadora do PPG em Sociologia e do PPG em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar e professora colaboradora do PPG em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos.

⁴Professora aposentada da Unesp-Araraquara, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Uniara e do Nupedor.

of Araraquara, State of São Paulo. It has been discussed the social category of settled rural workers as from their origins and social fight paths, to help understanding how the reestablishment of the settled family farmer in the agrarian reform occurs. Therefore, it attempts to evaluate whether the settled individuals have produced their own provisions within the sustainable agriculture framework, taking as a basis the tradition to cook them.

Keywords: *Rural Settlement; Familial Alimentary Consumption; Sustainable Agriculture.*

Introdução

Em termos sociológicos, subjaz à definição da categoria social "assentado" a origem social e trajetórias de lutas do sujeito que a reivindica.

Tal categoria social implica num processo social de rupturas e reconquistas. Indica que, aquele que, num dado momento, foi destituído da possibilidade de acesso a esse meio de produção fundamental, a terra, mobilizou-se para produzir politicamente a legitimidade e legalidade desse direito social. Ao mesmo tempo em que tal categoria define um resultado da resistência econômica à concentração da terra, sobretudo a que ocorreu em benefício do modelo agroexportador brasileiro (MARTINS, 1975), define o fortalecimento político do sujeito que se lança na luta, reforçando sua identidade com o meio rural. Deste modo, a categoria do assentado rural pode ser considerada uma forma de atualização de outras categorias sociais referidas a demais grupos que ocupavam o meio rural brasileiro antes do processo de industrialização da agricultura e que tinham um modo de vida próprio, avesso à acumulação *strictu*, imbricando dimensões econômicas e não-econômicas no seu fazer cotidiano. Elas compreendem aqueles tidos como os "pobres do campo" brasileiro: os posseiros, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários e sitiantes de outrora. Grupos que, apesar de paulatinamente expropriados do direito a terra, lutam coletivamente para reconquistá-lo e refazer, daí, aspectos de seu modo de vida tradicional nos assentamentos de reforma agrária (SILVA, 2004).

Com relação à presença de pobres do campo, no interior paulista, predominou os projetos de imigração de europeus, principalmente a partir da abolição da escravidão e como estratégia de substituição da mão-de-obra escrava. Isso ocasionou o surgimento da categoria social do colono, oriunda de famílias que formaram comunidades em grandes fazendas de café. Os

proprietários-produtores das fazendas permitiam que os colonos desenvolvessem um modo de vida próprio do lugar, com casas contíguas onde se faziam presentes relações de vizinhança, parentesco e compadrio, mantendo a possibilidade de realização de festas e tradições religiosas, além de autorização para adotar novas técnicas produtivas como forma de melhorar o ajustamento da lavoura ao meio ecológico. Os colonos introduziram relações de assalariamento no campo, embora com vieses, como a dependência de suprimentos e endividamento junto aos proprietários. E, em relação a terra, tinham autorização de plantar itens básicos de alimentação, como o milho e feijão, entre as fileiras de café, como também podiam criar animais de pequeno porte, como as aves e os porcos. O uso que faziam do solo deflagraria a manutenção de algumas preferências e costumes alimentares desta população, uma base comum de alimentação característica desta região do país. A base da dieta do caipira paulista é arroz, feijão e milho (CANDIDO, 1979).

A partir da década de 1950, quando começaram os debates em torno da modernização da agricultura e, principalmente, em 1964, quando o governo militar criou o Estatuto da Terra, propiciando incentivo fiscal para a compra de terras e beneficiando grandes empreendimentos rurais, os pobres do campo sentiram os efeitos de uma nova onda de concentração fundiária no país. O intento do modelo de desenvolvimento então instaurado foi aumentar a produção e a produtividade agrícola, facilitando a aquisição de máquinas e insumos, fomentando, desta forma, uma rápida alteração na paisagem e na maneira de se produzir. Os pobres do campo, dentre eles, os colonos, foram expropriados da terra quando não tinham posse legal sobre o imóvel ou perderam as condições de se manterem como agricultores pela concorrência agrícola, migrando para cidades e trabalhando principalmente na condição de trabalhadores agrícolas volantes (SILVA, 2004).

O público que se constituiu predominantemente como sujeito do movimento de reforma agrária, aspirando tornar-se assentado, foi aquele em cujo passado havia a passagem pela categoria da agricultura familiar. Trata-se, de um lado, de um grupo cuja luta é balizada por memórias do acesso a terra, que radicam, no sujeito, como contexto para entendimento de si no mundo. Não se trata, pois, apenas da busca de novas práticas de sobrevivência calcadas na experiência pregressa no campo, mas no reforçamento identitário com o meio rural. A noção bourdieuniana de *habitus* é útil para permitir a compreensão de um *fazer* cotidiano que espelha um *ser* para si e diante do mundo. Para Bourdieu, *habitus* é "um sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas

das quais ele (o sujeito) é produto" (1989, p.82). Logo, este "operador prático" reinterpreta o que é uma vida aceitável e a busca reproduzir, no presente, dentro de padrões e condições sociais estipulados historicamente.

Na região de Araraquara, interior paulista, agricultores familiares, cujo modo de vida sofreu rupturas com o processo de modernização agrícola, tornaram-se força de trabalho para a agroindústria canvieira, como bóias-frias. Dentre esses, houve os que lutaram para retornar à posse da terra em assentamentos rurais e, na condição de assentados, colocaram em prática, novamente, vários aspectos de um cotidiano rural que fosse possível recuperar.

No retorno à terra, a produção de alimentos que serve ao autoconsumo familiar surge como algo inerente à condição de assentado rural. Diante o contexto supra, este estudo centra-se em aspectos extra-econômicos da produção de autoconsumo de famílias assentadas. Mais especificamente, focaliza a importância da memória de tempos passados para concretizá-la no presente de reconquista da terra.

Metodologia

Tratando-se este de um estudo sobre um aspecto da cultura interiorana paulista, no meio rural, tornou-se oportuno seguir um procedimento de investigação próximo ao indicado em Candido (1979), qual seja, numa abordagem microssociológica, imbricar as observações sistemáticas e o roteiro de entrevista com considerações levantadas através do registro etnográfico, pelo qual se procura descrever os pequenos aspectos da vida cotidiana do grupo. Busca-se, deste modo, apresentar sociologicamente os distintos aspectos do modo de vida que os assentados procurarão recuperar, integrando considerações do debate em agroecologia.

Na abordagem agroecológica, leva-se em conta que a unidade de análise fundamental é o agroecossistema. Este, segundo Gliessman (2005), pode ser uma propriedade individual como também um conjunto de propriedades. Fatores ecológicos e sociais são considerados para a análise dos agroecossistemas, em relação a uma possível prática agroecológica. Para Altieri (2002), isso faz com que a agroecologia seja um campo científico de caráter multidisciplinar, onde estudos podem ter interfaces entre disciplinas em prol de uma análise sistêmica do agroecossistema.

Para Ferrante (1994), os assentamentos rurais são espaços heterogêneos, repletos de singularidades em razão das especificidades das famílias que os compõem. Cada família de um assentamento carrega consigo as próprias marcas

deixadas por suas origens e trajetórias. Por isso, na análise da dinâmica social de um assentamento, deve-se considerar que o retorno à terra promove um caleidoscópio de situações particulares por conta de que cada família reage diferentemente tanto no que se refere à produção de alimentos próprios ou frente às imposições do entorno político-econômico que afetam o assentamento.

Diante do exposto, o presente estudo parte da caracterização sintética do assentamento rural Monte Alegre, no que concerne sua constituição como um coletivo e na configuração dos lotes, entendidos cada qual como uma unidade para tal análise. Isso, porque, após a luta coletiva pelo direito à terra, cada lote origina uma propriedade familiar específica, dando ensejo ao *modus operandi* de cada família para exprimir, desde suas experiências, o seu arcabouço cultural e os elementos intersubjetivos que conformam a organização social privada e íntima, sua relação com o solo e o meio natural. O lote é uma unidade autônoma na sua deliberação acerca do quê e como produzir, perpassando origens e trajetórias da família, em especial do chefe da família e do chefe do domicílio. Contudo, essa abordagem microssociológica não prescinde da necessidade de referir às práticas que adquirem um sentido coletivo, tais como: a luta pela terra, às memórias comuns que reportam o *fazer na terra*, a relação ao setor sucroalcooleiro, que o assedia, e, por fim, as estratégias de rompimento com o estranhamento junto ao meio social envolvente através da comercialização dos produtos junto ao mercado local e inserção na merenda escolar.

As práticas tradicionais das famílias no referido assentamento, de entender que a terra é fonte de auto-provimento, interferem diretamente nas formas de manejo, que sofrem, daí, maior influência das técnicas igualmente oriundas da tradição. Conforme Giddens (1997), a tradição não pode ser encarada como parte de um passado acabado, pois sua função reside em ligar a vida presente ao passado, ao mesmo tempo que organiza o tempo futuro.

Tem-se como hipótese de pesquisa que, para a operacionalização da tradição alimentar, na concretização da produção de alimentos próprios nos lotes, os assentados precisam reportar a suas lembranças de tempos anteriores a ruptura com a terra. Para Bosi (2007), a memória é um reservatório de lembranças, "reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida" (p.47). Os fatos vividos são retidos e conservados e, em novas situações, a memória leva o sujeito a agir de maneira que já deu certo segundo sua concepção.

Segundo estudos como de Woortmann (1993), Garcia Jr. (1983), Brandão (1981), Candido (1979) e Martins (1975), os grupos que povoavam o meio

rural brasileiro antes da modernização agrícola, mesmo que em terras alheias (como os meeiros), procuraram recorrentemente reservar espaços no lote para suas roças de autoconsumo. Tal produção de alimentos era feita a partir de recursos próprios dos agricultores em suas glebas e o produto obtido correspondia ao necessário socialmente para uma família se reproduzir, buscando autonomia alimentar durante um ano agrícola. Esta prática só foi cessada por força da extensividade de uso da terra fomentada pela lógica da monocultura (MARTINS, 1975).

Buscou-se avaliar se os sistemas de produção de autoconsumo no assentamento equivalem a práticas tradicionais de obtenção de alimentos e se os produtores mantêm uma preocupação com a sustentabilidade agrícola, isto é, se há um gradativo aumento da autonomia dos produtores frente à situação precedente de heteronomia. Para tal avaliação, tem-se como referência os princípios agroecológicos de produção, a saber:

a) menor dependência de insumos comerciais e maior uso de recursos disponíveis localmente;

b) uso das diversas interações (ecológicas, biológicas, químicas e físicas) que ocorrem no local em benefício produtivo;

c) intenção de beneficiar o lote globalmente e não a um produto específico;

d) aceitação e/ou convivência com as condições ecológicas locais antes da tentativa de controle sobre o meio ambiente; e, por fim,

e) preservação da diversidade biológica e cultural; uso do conhecimento tradicional (CAPORAL, COSTABEBER, 2003, p.142).

Caracterização do Universo Empírico

A região de Araraquara tem forte presença de complexos agroindustriais. A propriedade da terra é caracterizadamente concentrada. Predominam os plantios de *commodities* agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico. Como consequência, estes são os cultivos que a maioria dos proprietários de médias e pequenas propriedades da região têm como principal alternativa produtiva, na condição de fornecedores de matéria-prima.

Assentamentos de reforma agrária implantados na região ocasionaram uma possibilidade de mudança na forma de conceber o conteúdo do lote. A produção de alimentos para consumo doméstico e para venda ao mercado local surgiu como uma alternativa, tanto em relação às práticas produtivas hegemônicas quanto em relação à própria trajetória histórica de uso dos

terrenos que tomaram esta finalidade social.

As terras da fazenda Monte Alegre, município de Araraquara/SP, que foram desapropriadas para fins de reforma agrária, vinham sendo usadas para plantio intensivo de eucalipto, primeiramente pela FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.) e, depois, pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), esta última destinando a produção para o setor de papel e celulose. A referida fazenda foi reivindicada pelo movimento social de luta pela terra, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais a frente dos trabalhadores volantes que vinham sofrendo com a precarização das condições de vida e de trabalho em colheitas na região (BARONE, 1999) e lograram, a muito custo, seu objetivo, rompendo uma trajetória de destituição. Uma vez constituído o assentamento Monte Alegre, dele passaram a fazer parte os trabalhadores supracitados juntamente com suas famílias. Aproximadamente 85% destas famílias têm origens no meio rural (FERRANTE, BERGAMASCO, 1995); isto é, um grupo com frágil situação quanto à posse e às condições de exploração da terra, levado pelas circunstâncias a perder o controle sobre o meio de produção e transformar-se em trabalhador temporário no meio rural ou se proletarizando em atividades urbanas.

O assentamento foi, por fim, criado sob a responsabilidade da Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo). A área foi dividida em centenas de lotes que passaram a ser ocupados pelas famílias e conta com seis núcleos de assentamentos. São 366 as famílias que vivem nestes núcleos, mas cada qual foi criado em diferentes datas, conforme a tabela 1. Cada família possui um lote agrícola de, aproximadamente, 14 hectares e outro lote de moradia, localizado nas agrovilas, com menos de 1 ha⁵ (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição de famílias por núcleo e município - Assentamento Monte Alegre.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Monte Alegre 1	Motuca	ma/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	ma/97	96	Estadual
Total			366 Famílias	

Fonte: Fundação Itesp, 2006.

⁵Com exceção do núcleo 6 (o maior deles), onde não há agrovila.

A fazenda está localizada na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão, sendo que os dois últimos são municípios menores em relação ao primeiro e cada um deles recebe e tem uma atuação diferente sobre o assentamento. Isto pode ser percebido, por exemplo, nas políticas públicas voltadas ao escoamento da produção nos municípios, da infra-estrutura nas áreas de saúde, educação e transporte, dentre outros fatores que cada município oferece ou tem a participação dos assentados (MEDEIROS, LEITE, 2004).

A paisagem homogeneizada do entorno do assentamento Monte Alegre é uma variável que irá influenciar as decisões produtivas dos assentados, os quais ficam, deste modo, numa ambivalência entre um projeto próprio de cultivo e os processos econômicos, precedentes ao assentamento, na região. Tal ambivalência se evidencia pelos mosaicos que os lotes compõem na paisagem, em parte integrando-se ao projeto sucroalcooleiro hegemônico, em parte, negando-o através da dedicação dos assentados a outras culturas.

O período entre a ruptura com a terra e sua reconquista, através do assentamento, obstaculizou a manutenção das tradições alimentares destas famílias, induzindo-as a compor sua dieta com outros itens, menos de seu agrado e mais de sua necessidade imediata ajustada a pouca renda monetária disponível. Segundo Ferrante e Bergamasco (1995), cerca de 70% das famílias assentadas do Monte Alegre passaram por esta experiência de privação da terra e da mudança de hábitos, práticas e preferências alimentares que as novas circunstâncias impuseram. A conquista da terra por tais famílias, via reforma agrária, deflagrou um ímpeto para a retomada da memória referente às práticas de comer o alimento 'do suor' de seu trabalho direto.

A Produção do Autoconsumo

Aspectos Históricos e Segurança Alimentar

O alimento é considerado o recurso de subsistência humana por excelência, uma necessidade permanente e inadiável. Para Cândido (1979, p.25), os diferentes grupos sociais procuram como ajustar a exploração do meio físico às suas necessidades de subsistência e o fazem a partir de uma organização social que faça frente à sua obtenção. Em cada momento histórico existe "uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social".

Produzir seu próprio alimento pode ser considerado a prática mais antiga empregada pela humanidade em agricultura. Ela está generalizada por todo o mundo, em ambientes os mais diversos. Surgiu, conforme a especificidade cultural, a qual tanto atribui significados distintos aos alimentos componentes

dos itens de dieta e de preparação, de acordo com o tipo de refeição, como também estabelece formas particulares de manejo da terra, adaptada aos ecossistemas naturais locais (KHATOUNIAN, 2001). Os primeiros sistemas agrícolas foram dedicados à garantia alimentar familiar ou coletiva, desde aqueles baseados em grandes áreas de coleta e caça com pequenos roçados cultivados, àqueles cujos animais são domesticados e sua produção integrada à produção vegetal cercada.

Há uma tendência generalizada na humanidade de, primeiramente, se garantir os alimentos energéticos, isto é, grãos (arroz, milho) e raízes (mandioca, batata etc) (KHATOUNIAN, 2001). Tendo estes, procura-se garantir os alimentos fonte de proteínas, como os feijões e demais leguminosas (soja, lentilha, grão de bico etc.), criações e subprodutos derivados (ovos, leite, queijo etc.). Pela ordem de importância, em terceiro lugar, ficam os alimentos fontes de vitaminas e sais minerais, as frutas, os legumes, as verduras, as ervas etc. As espécies vegetais e animais mais bem adaptadas ao ambiente natural (solo, clima, disponibilidade de água) foram as que abriram possibilidades para as pessoas desenvolverem seus primeiros gostos e hábitos alimentares, a partir daquilo que havia disponível regionalmente. Manipulações genéticas, como o enxerto, a domesticação de animais, os sistemas de irrigação, as ferramentas para arar o solo e outras técnicas agrícolas possibilitaram que cultivos fossem desenvolvidos em locais distantes de seu centro de origem, por criarem condições ideais às plantas. Portanto, garantiram o acesso ao alimento desejado por agricultores familiares desde tempos imemoriais e estão presentes ainda hoje nesse tipo de produção.

No assentamento Monte Alegre, as famílias tendem a recuperar a memória referente às práticas de produção de autoconsumo. Trata-se, pois, não de um mero exercício de sobrevivência do grupo, mas de recomposição de sua reprodução cultural, perdida por anos a fio.

Segundo a FAO, há quatro atributos básicos que devem ser observados em avaliações sobre a segurança alimentar: suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade (MALUF et al., 1996). Quanto aos dois primeiros, referem-se ao acesso a alimentos pela população de forma bastável e permanente. Quanto à autonomia, refere-se ao fato do país ser capaz de suprir seu abastecimento sem depender de importações de alimentos básicos, o mesmo se esperando de cada região deste país. Há que se considerar ainda, com relação à autonomia, a valorização de características culturais, ecológicas e econômicas nas práticas de produção no nível nacional, regional e local. Quanto à sustentabilidade, acredita-se que a agricultura deva dispor alimentos à

população sem causar o ônus da degradação ambiental pela qual os modelos agrícolas convencionais são responsáveis - por exemplo, em relação à contaminação dos mananciais - e com menor uso de insumos externos às propriedades.

Em vista disso, as considerações a seguir procuram contemplar tais dimensões da segurança alimentar numa perspectiva qualitativa, apresentando elementos constitutivos da categoria social do assentado que valorizam e reforçam aspectos extra-econômicos da produção do autoconsumo.

Autoconsumo em Assentamentos Rurais

Há várias maneiras de se mensurar qualitativamente o autoconsumo em assentamentos rurais. Para Khatounian (2001), o alimento pode agir como um cimento que dá coesão numa coletividade, como através das estratégias de partilha presentes em comunidades de agricultores familiares. A ajuda mútua para satisfazer as necessidades de alimentação da família no meio rural, através das trocas e doações de alimentos e de serviços agrícolas, colabora para superar conflitos inerentes à vida comunitária, provocando vários efeitos benéficos aos laços de reciprocidade, de solidariedade, seja entre parentes, vizinhos ou amigos.

Em termos nutricionais, a pesquisa realizada por Norder no assentamento Fazenda Reunidas, no estado de São Paulo, revelou que:

A média do autoconsumo de calorias ficou em 30,79% do total consumido pelas 42 famílias entrevistadas, e é a mais reduzida no conjunto de nutrientes avaliados. O autoconsumo de Cálcio e das Vitaminas A, B2 e C é superior a 60% do total consumido. Os demais nutrientes, Proteínas, Fósforo, Ferro e Vitamina B1, apresentaram um índice de autoconsumo em torno de 40 a 50% do total (1998, p.46).

Por outro lado, também se considera que a produção do autoconsumo interfira na dimensão econômica do lote, representando uma estratégia que protege e fortalece a economia da propriedade familiar, uma vez que "contribui para rebaixar os custos monetários de manutenção do sistema" (KHATOUNIAN, 2001, p.251), quando favorece que menos insumos agrícolas sejam comprados. Além disso, para Garcia Jr. (1994), uma das maneiras de se dimensionar financeiramente o autoconsumo é levantar os custos que se teria em

supermercados com a compra dos produtos que a família mesma produz, pois isto representa uma capacidade de poupança.

Segundo a pesquisa de Santos e Ferrante (2003, p.100), atribui-se à produção de autoconsumo o equivalente a 58% do valor gasto mensalmente em supermercados com a alimentação da família em alguns assentamentos paulistas. Isto indica benefícios ao orçamento familiar. Para Leite (2003), a venda de excedentes do autoconsumo vem gerando uma renda que geralmente é usada para se cobrir despesas cotidianas da família, gastos menores e regulares, ao passo que tira a necessidade de outros. A análise desta dimensão econômica do autoconsumo auxilia melhor entender as implicações do trabalho familiar, acrescentando-lhe aspectos da economia "doméstica", sempre com referência à importância do trabalho feminino e às trocas alimentares nas redes de vizinhança e compadrio em todo processo.

Assim, para além dos aspectos puramente energéticos, há os de caráter simbólico, referente à sociabilidade e à esfera econômica que tornam este tipo de produção estratégico para a consolidação das relações de convivência intra e extra-familiar num assentamento rural. A extração de alimentos do solo cultivado com o próprio suor assume fulcral importância na identidade do assentado, porque integra o domínio da terra e o domínio de um conhecimento, ambos validando a história pregressa do indivíduo e do grupo. No assentamento rural Monte Alegre, caracterizaremos sucintamente como este tipo de produção imbrica aspectos extra-econômicos, culturais e sociais do grupo, bem como os aspectos ecológicos e econômicos dos agroecossistemas do lote familiar.

Técnicas de Pesquisa

A principal técnica de pesquisa empregada no presente estudo foi a aplicação de um roteiro de entrevista semi-estruturado com o titular do lote, cujas questões foram divididas em três blocos. O primeiro bloco abrange a reconstrução da origem e da trajetória familiar até o assentamento rural, tendo como fundo o modo de vida, os meios de acesso aos alimentos e o rol dos principais pratos consumidos em outras etapas da vida. O segundo, abrange a inserção no assentamento e o acesso ao alimento, sob a perspectiva da produção própria e da constituição de redes nas quais ocorrem eventuais vendas, trocas ou doações de alimentos entre assentados. No terceiro, procura-se caracterizar os sistemas agrícolas no que concerne à produção de alimentos de consumo familiar, à divisão de trabalho

familiar, o uso de insumos e outras práticas.

Complementando o roteiro, foi solicitado aos informantes das famílias entrevistadas a elaboração de três desenhos de seus respectivos lotes: 1) o primeiro, o desenho agrícola que a família assentada impôs ao agroecossistema, 2) o segundo, o desenho atual do lote e 3) o terceiro, o desenho idealizado pela família, com os sistemas e estruturas que a família gostaria de ter. Foram feitos registros em diários de campo e fotografias como meio de documentação das práticas agrícolas ora empregadas e de verificação dos sistemas de produção de alimentos. O diário de campo propiciou registrar aspectos culturais que o questionário e a fotodocumentação não captavam, tais como o teor de conversas informais entre os membros da família e entre os entrevistados e o entrevistador; por exemplo, informações obtidas quando da caminhada até e pelos lotes, a descrição de práticas e manejos familiares, dentre outros (WHITAKER, 2002). Essa abordagem etnográfica garantiu a coleta e sistematização de um material empírico útil para se analisar associadamente com as informações obtidas no uso das demais técnicas qualitativas empregadas na pesquisa.

A delimitação da amostragem se baseou na experiência pretérita do primeiro autor deste artigo em diversas pesquisas nos assentamentos rurais da região de Araraquara, desde 2001, como integrante do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor – Uniara/Unesp). No último projeto do Nupedor integrante pelo primeiro autor (FERRANTE, 2007a), havia uma amostragem importante do ponto de vista estatístico, quando foram visitadas mais de 10% das propriedades do assentamento Monte Alegre, entre 2005 e 2006. Ao final deste projeto, já havia se comprovado, através de dados coletados com questionário semi-estruturado, que quase a totalidade dos lotes, mesmo com a entrada da cana agroindustrial, continua com a produção de autoconsumo. Algumas informações desta recente pesquisa são utilizadas no presente texto, a fim de se assegurar uma representatividade estatística na análise, embora nosso objetivo seja o de avançar no estudo de questões específicas do autoconsumo, tais como: demonstrar se há vocação da agricultura familiar para a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas, que além de garantir a segurança alimentar do grupo, se dá pelo resgate da memória de tais práticas.

Para a coleta de dados presente, utilizou-se a técnica de bola de neve, procurando obter dados qualitativos que viessem a complementar os quantitativos dos estudos anteriores do Nupedor. Partiu-se de um informante-chave, um assentado que planta cana agroindustrial e também cultiva alimentos

para autoconsumo em seu lote. Tal informante indicou dois novos assentados na mesma condição produtiva, os quais indicaram mais um assentado cada, até que foi possível identificar um discurso coletivo deste grupo que passou a plantar cana, mas não deixou de plantar seus próprios alimentos, permitindo-nos avaliar dimensões simbólicas e materiais da convivência desses dois sistemas num mesmo lote agrícola. O ponto de saturação foi alcançado no terceiro extrato, ou seja, no quinto assentado entrevistado.

Resultados e Discussão

Os assentamentos rurais têm sido um dos espaços em que a agricultura familiar para a produção de alimentos pode constituir-se, ensejando alcançar a soberania alimentar⁶ tanto dos grupos sociais neles inseridos quanto de seu meio envolvente mais imediato, como o município. É o que tem acontecido no Programa de Aquisição de Alimentos em Araraquara, no qual a Prefeitura Municipal recebe verba federal para comprar os alimentos da agricultura familiar e os destina às escolas municipais (merenda escolar), às instituições assistenciais, como albergues noturnos, e para o restaurante popular. Cada produtor familiar do município tem direito a vender produtos diversos para a Prefeitura Municipal num valor máximo de até R\$ 3.500,00 por ano, um valor considerado ainda baixo para se configurar numa estratégia produtiva que garanta renda suficiente para os produtores. Embora não tenha retorno financeiro expressivo, a possibilidade de escoar os alimentos via aquisição pelo executivo municipal é importante no sentido do reconhecimento social do produtor, a partir daquilo que ele produz inerentemente para seu consumo.

Os resultados deste programa se somam ao de outro, o Programa Direto do Campo, que consiste na venda direta de alimentos à população em dois espaços urbanos; ou seja, mais uma oportunidade do produtor de escoar a produção familiar diversificada e permitir integrar-se socialmente, por meio das interações econômicas no mercado local. Neste programa, a Prefeitura Municipal de Araraquara disponibiliza o espaço público, o transporte, as

⁶O termo aqui se refere a uma produção local de alimentos que abastece o município, sem que este venha a depender de trazer de outros estados ou de importar os alimentos básicos. Para Whitaker (2008, p.324), "Implica independência total dos países, ou de regiões bem delimitadas, para produzirem ali mesmo o que a população local necessita ou deseja consumir, sem depender de sementes produzidas por transnacionais e dos pacotes tecnológicos para agricultura que são viáveis apenas em grandes cultivos".

bancas e um avental para caracterizar os produtores. A renda média com a venda direta variava, em 2006, entre R\$ 200,00 e R\$ 700,00 mensais (KURANAGA, FERRANTE, 2006). Ambos os programas estão relacionados com políticas de segurança alimentar no município de Araraquara e parte dos assentados da fazenda Monte Alegre estão entre eles.

As Práticas Tradicionais do Autoconsumo

No assentamento Monte Alegre, produzir ao menos uma pequena parte dos alimentos que se consome é uma prática comum das famílias, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1. Do que produz, o que é destinado ao consumo familiar?

Tudo	Boa parte	Pequena parte	Nada
22 (48,84%)	19 (42,18%)	04 (8,98%)	00 (0,0%)

Fonte: Ferrante, 2007a.

Nos trabalhos de campo de 2005 e 2006, empreendidos pelo Nupedor, a produção de frutas foi a mais encontrada nos lotes, em 69% deles, geralmente diversificadas e consorciadas entre si ou entre espaços de cultivos como as hortas. Em alguns lotes, não representam importante fonte de renda, mas importante fonte nutricional. Em outros, a finalidade de comercialização prepondera, por exemplo, entre aqueles que fizeram uso de financiamento para plantar, principalmente manga, citros, banana, abacaxi, maracujá, mamão ou outras, mas neste modelo utiliza-se um modo de produção convencional. Principalmente no primeiro caso, além da satisfação alimentar, há outros valores subjacentes à escolha pelo plantio de frutas, tais como a presença de pássaros e o sombreamento ao redor da casa.

Nos estudos supracitados, identificou-se que 62% dos lotes tinham cereais. Os principais cereais servem igualmente para o autoconsumo. Mas, para o cultivo do milho, plantado em moldes convencionais, houve incentivos de financiamento e possibilidade de venda direta para empresas do ramo de ração animal e avicultura, como a Rei Frango (empresa localizada no município de São Carlos/SP). Identificou-se, ainda, que em 57% dos lotes havia tuberosas, dentre as quais destaca-se a mandioca, a qual, além de servir para o autoconsumo, encontra financiamento e uma estrutura regional para absorver a produção (atravessadores, farinheiras, insumos tecnológicos), tendo maior

durabilidade sem ser colhida. São fatores que pesam na hora de se estabelecer estratégias familiares para a produção, consumo e comercialização (GARCIA Jr., 1983). E, por fim, as hortaliças estavam presentes em 49% dos lotes visitados. Para a maioria das famílias que as plantavam, eram destinadas ao autoconsumo e à venda do excedente.

A venda de hortaliças, verduras e frutas, bem como galinhas e ovos, tem se dado em programas municipais, em feiras, quitandas e supermercados de cidades do entorno e mesmo no comércio interno do assentamento. Estas primeiras produções existentes na maior parte dos lotes (frutas, cereais, mandioca e hortaliças), após alimentar quem as produz, alimentam os mercados locais. Além disso, os alimentos são envolvidos em uma rede de trocas e doações entre parentes e vizinhos, através da qual pode-se analisar o modo de vida rural que se refaz no interior do assentamento.

Famílias do mesmo grupo religioso, parentes, vizinhos ou amigos fazem constantes trocas de alimentos ou de serviços nos assentamentos. Entre famílias aderidas à Congregação Cristã do Brasil, existe um vínculo de trocas forte, sendo um *habitus* contarem umas com as outras para complementar o cardápio. Entre famílias que adotam as mesmas estratégias produtivas, também ocorre com frequência a troca de serviços, mais conhecida como mutirões, quando as pessoas trabalham coletivamente nas terras umas das outras. No quadro a seguir, podemos observar em 62,5% das famílias entrevistadas a existência de trocas deste tipo de serviço no referido assentamento:

Quadro 2. Trocas de alimentos e serviços no assentamento.

Sim	Não
28(62,5%)	17(37,5%)

Fonte: Ferrante, 2007a.

Alguns estudos têm discutido a importância da experiência dos agricultores para a sustentabilidade da agricultura. Para que sistemas agroecológicos o sejam de fato, é preciso que haja sinergia entre a utilização de conhecimentos tradicionais e a novas técnicas e conhecimentos (GLIESSMAN, 2005; ALTIERI, 2002; CAPORAL, COSTABEBER, 2003). O tipo de agricultura praticado para a produção de autoconsumo no assentamento investigado tem se mostrado sustentável sob vários aspectos, tais como: na adoção de estratégias de adubação orgânica; na diversificação e os consorciamentos dos cultivos; na ciclagem energética com a integração animal; e, por fim, na variedade genética dos cultivos.

Trata-se, assim, de assentados que retomam práticas típicas da agricultura familiar tradicional, mas condizente com os princípios da agroecologia.

No assentamento rural Monte Alegre, a maior parte da biomassa gerada no lote é reutilizada nas próprias atividades agrícolas. Ela é deixada sobre o solo, utilizada em compostagens ou mesmo queimada, reutilizando-se, neste caso, as cinzas. Se ocorre desta biomassa apresentar valor energético e/ou nutricional para criações a mesma vira componente da ração animal, cujos excrementos posteriormente formarão compostagens junto com a biomassa e a cinza. Como exemplo de reciclagem de nutrientes, pode-se tomar os dados referentes ao destino da matéria orgânica apresentados no quadro abaixo (Quadro 03). A permanência de criação animal no lote permite a constância da fonte de energia provinda dos excrementos. Os dois quadros a seguir indicam que tanto a biomassa gerada como os dejetos animais são utilizados nas atividades agrícolas. Os relatos indicam que os benefícios são muitos, desde a utilização na nutrição das plantas (dispensando insumos externos) à formação de camadas de húmus no solo, tornando-o mais fértil e produtivo. Outro relato freqüente é o que se refere à queima deste material, prática correlata ao hábito da queima do lixo.

Quadro 3. Destino da matéria orgânica.

Com o resto do lixo	Queimado	Aproveitado	Enterrado
05 (11,15%)	14 (31,2%)	29 (64,7%)	02 (4,45%)

Fonte: Ferrante, 2007a.

A presença de animais de criação evidencia a existência de ciclos de energia nos lotes. Ocorre, em geral, o reaproveitamento dos estercos dos animais na roça e, concomitantemente, o alimento dos animais provém em grande medida do lote, seja pela plantação de pasto, cana e capins diversos, como de milho e outros cereais, além de sobras de legumes e frutas. Além disto, os animais



Foto 1. Aproveitamento de folhas na lavoura e quebra-vento.

representam uma reserva de valor em face de dispêndios maiores quando necessários. Assentados nos relataram que vendem uma vaca, por exemplo, quando surge uma emergência ou precisam fazer um investimento no lote.

Quadro 4. Presença de criações.

Porco	Galinha	Gado	Outros	Nada
24 (53,3%)	21 (46,6%)	29 (64,4%)	12 (26,6%)	07 (15,6%)

Fonte: Ferrante, 2007a.

Na agricultura de autoconsumo, as práticas supracitadas são as mais comumente encontradas entre os lotes para fertilização do solo, procurando não só economizar com a compra de insumos externos, mas ingerir os alimentos naturais. Outros insumos, como pesticidas, também têm seus equivalentes caseiros, como a calda de fumo com semente de Santa Bárbara. Somados a outras



Foto 2. Curral e palha usada na roça.

medidas paisagísticas, como inserir quebra-vento e árvores no sistema e plantar perto da mata (como nas fotos a seguir), as estratégias acima vêm mostrando que os princípios agroecológicos de produção são utilizados nos lotes do assentamento estudado, embora isto possa estar restrito a pequenos espaços dentro dos lotes, nos quais são produzidos os alimentos próprios.



Foto 3. Calda de fumo.



Foto 4. Plantação perto da mata.

A Importância da Memória para a Segurança Alimentar

Nas origens e trajetórias dos assentados entrevistados, houve períodos de menor fartura de alimentos, enquanto que, desde a constituição do assentamento prepondera a memória presente de maior fartura. Com exceção da família entrevista n.2, as demais consideram que o acesso ao alimento ficou mais fácil a partir de sua inserção no assentamento.

Ao retornar à terra, produzir a maior parte da própria alimentação volta a ser uma prática possível aos assentados, garantindo assim a produção e o acesso àquilo que apetece seus gostos e preferências. A tabela a seguir compara como era a alimentação dos assentados em suas origens e como é a alimentação agora, na condição de assentado rural. Ao produzir uma cesta alimentar, como abaixo - composta de alimentos energéticos, protéicos e fontes de vitamina e sais minerais - garante-se a segurança alimentar da família.

Tabela 2. Principais itens que compõem a alimentação na origem e no assentamento.

Família	Origem	Principais itens que compunham a alimentação na origem	O que sempre cultiva no assentamento (não falta)
Família 1	Sitiantes (BA)	Farinha de mandioca, feijão, galinha caipira (ovos), legumes e verduras, laranja, goiaba, abacaxi, banana	Milho, feijão , frutas, mandioca, horta , abóbora, galinha caipira, gado
Família 2	Colono (SP)	Arroz, feijão, milho, leite, carne bovina (seca), de porco (conservada na banha ou defumada), peixe (pescado no rio), horta diversificada	Milho, arroz , mandioca, feijão, horta , algum tipo de carne (depende da época)
Família 3	Meeiro (MG)	Arroz, feijão, milho, mandioca , legumes e verduras, galinha caipira (ovos)	Feijão, milho, mandioca , frutas, legumes e verduras, galinha e porco
Família 4	Meeiro (SP)	Arroz, feijão, milho , galinha caipira (ovos), carne de porco (na banha, torresmo), legumes e verduras	Mandioca, horta, feijão, milho , algum tipo de carne (depende da época)
Família 5	Meeiro (BA)	Farinha de mandioca, feijão , peixe, arroz, galinha caipira (ovos), frutas, legumes e verduras	Mandioca , batata doce, feijão , milho, gado, peixe, frutas, legumes e verduras

Fonte: Elaboração dos Autores.

Em suas origens, os assentados - outrora na condição de parceiros, colonos, meeiros e afins - produziam muitas das lavouras que agora puderam ser novamente viabilizadas, como os cultivos de mandioca, milho, arroz, feijão, café e criação de gado leiteiro. No passado, apenas uma parcela ínfima desses produtos podia ser consumida, pois sua produção se dava como excedente. A

produção prioritariamente destinada ao consumo da família era, nas suas origens, a da horta, das árvores frutíferas, a criação de porcos e galinhas, outras variedades de feijão ou milho.

A renda derivada da comercialização dos produtos da terra se destina, em parte, a aquisição de itens complementares de alimentação como óleo, sal, farinha de trigo e açúcar. Alguns itens de consumo alimentar outrora precisavam ser adquiridos no mercado e ainda hoje há essa necessidade, como em relação aos produtos como: farinha de trigo, óleo, sal e açúcar. A esses se acresce novas necessidade de consumo de produtos industrializados, como macarrão, bolachas e doces, conforme a tabela a seguir.

Tabela 3. Principais itens comprados em supermercados que compõem a alimentação na origem e no assentamento.

Família	O que era comprado fora	O que é comprado fora
Família 1	Não comprava nada fora	Arroz, legumes que não tem, sal, açúcar, bolacha, macarrão.
Família 2	Óleo, sal e farinha de trigo	Óleo, sal, açúcar, farinha de trigo, bolacha.
Família 3	Carne bovina, açúcar, sal e óleo	Arroz, açúcar, carne bovina, leite, sal, café, macarrão, bolacha, doces industrializados.
Família 4	Óleo, sal, açúcar e farinha de trigo	Arroz, macarrão, açúcar, óleo, sal, bolacha.
Família 5	Sal, açúcar e óleo	Arroz, macarrão, farinha de trigo, óleo, sal, açúcar, doces industrializados, bolachas.

Fonte: Elaboração dos Autores.

Embora o arroz seja item básico da cesta alimentar dos assentados, sua aquisição no mercado ao invés da produção direta deve-se, segundo os entrevistados a restrições na relação custo/benefício: o cultivo exige considerável dispêndio de trabalho; não se tem como comercializá-lo no nível local devido poucas beneficiadoras na região; é um cultivo muito susceptível a perdas em função das condições climáticas e o seu preço para ser adquirido de outrem, em supermercados, é considerado baixo.

O gasto no supermercado pode significar maior ou menor peso sobre o orçamento familiar, conforme seja a opção da família por produzir ou não sua própria alimentação e estado de preferência da dieta.

Dentre as cinco famílias entrevistadas, todas declararam que a família consome muitos doces caseiros feitos pelo trabalho doméstico feminino. Os doces de frutas e em calda são os de maior preferência no fabrico e no consumo familiar: as frutas são cozidas e curtidas em calda doce; as pastas ou geléias são apurados em tacho ou

panela. Os doces mais citados são: abóbora, goiaba, mamão, laranja, abacaxi, banana, amora, leite, canjica de milho e arroz doce. Esses mesmos doces são ingeridos à parte ou junto com pães e bolos, feitos pelas mulheres com ovos e leite provenientes do próprio lote.

Pelo valor econômico que estes produtos têm no mercado (doces, pães, bolos, leite e ovos), relativamente alto e de muita demanda, a produção e a confecção por parte das mulheres representam grande potencial de poupança para a família, ao passo que tais itens são altamente valorizados e importantes na dieta. Se porventura fossem comprados semanalmente em supermercado (um pote de doce de 500g, um bolo e um pão tipo caseiro, dois litros de leite e uma dúzia de ovos), o custo médio dos referidos itens seria de R\$ 22,50, ou R\$ 90,00 mensais, equivalente a 25% do valor gasto mensalmente, em média, em supermercado (que totaliza R\$ 350,00). Ao não ter tal dispêndio, a família consegue poupar circunstancialmente. Além disso, a produção própria tem outros significados para as famílias: objetivamente, porque são produtos mais frescos e sem adições químicas, subjetivamente porque formam a identidade do grupo e o orgulho pela reconhecimento social da qualidade de seus produtos e pelo interesse do grupo em persistir na reprodução do conhecimento tradicional.

Quando perguntado quais os cultivos que sempre estão presentes (e que não faltam no lote), os três cultivos lembrados nas respostas foram: o milho, a mandioca e o feijão. Portanto, um hábito alimentar semelhante ao descrito por Candido (1979) sobre a dieta do caipira paulista, cuja base da alimentação era o arroz, o feijão e o milho. Embora o assentado tenha abandonado o cultivo de arroz pelo de mandioca, não alterou o núcleo da dieta que ele mesmo produz, que continua composta por dois alimentos energéticos e um protéico. Esta troca configura-se numa necessidade imposta pela estrutura produtiva, na qual faz ser mais vantajoso comprar arroz a produzi-lo, conforme as razões acima.

As famílias assentadas rurais estudadas possuem traços de um modo de vida comum a outras comunidades rurais tradicionais no que diz respeito a construção do agroecossistema do lote. Pela semelhança que há nas opções produtivas e hábitos alimentares dos assentados, de sua origem ao momento atual, pode-se considerar que a vida presente utiliza o arcabouço das memórias do passado, na lida e nos significados na terra. São lembranças que ajudam a família a organizar os sentidos e as práticas da vida no presente, permitindo à mesma estabelecer a importância do alimento plantado e consumido com sua própria deliberação, *corpus* de conhecimento e suor.

Uso do Solo e Formas Agroecológicas

Segundo Whitaker e Fiamengue (2000), mosaicos são formados na paisagem com o advento dos assentamentos rurais, o que implica na heterogeneidade do espaço. A construção deste espaço heterogêneo, segundo as autoras, se dá em até cinco escalas. Isto em muito se deve à rica diversidade cultural das famílias e ao resgate da tradição de produzir seu próprio alimento, relacionando-se posteriormente com o aumento da diversidade agrícola nos lotes. Há uma hipótese de que as práticas de autoconsumo trazem benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da complexidade do sistema ecológico de espaços que, antes de serem assentamentos, eram monoculturas. A fazenda Monte Alegre, antes de tornar-se um assentamento, foi uma monocultura de eucalipto na qual a paisagem era homogeneizada. Com a reforma agrária e o redesenho da fazenda em centenas de lotes agrícolas familiares, começou um trabalho de diversificação comandado pelas estratégias de subsistência e de desenvolvimento.

A seguir, apresentamos dois desenhos feitos por um assentado de seu lote em momentos diferentes, nos quais há um claro exemplo do efeito da reforma agrária neste espaço do lote. Ao chegar ao lote, como retratado na Figura 1, o espaço era tomado pelo eucalipto e tocos desta árvore. Ao estabelecer-se produtivamente no lote, conforme a Figura 2, o território passou a servir a diversas funções: local de moradia, culturas diversas. Imprimindo, pois, o mosaico.

Figura 1. Quando chegou ao lote.

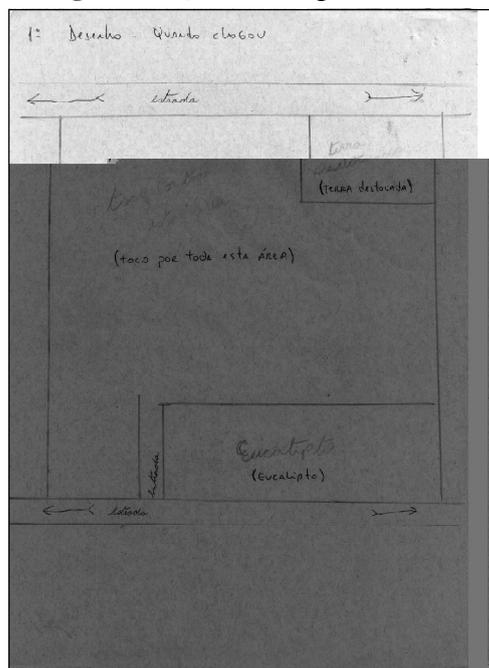
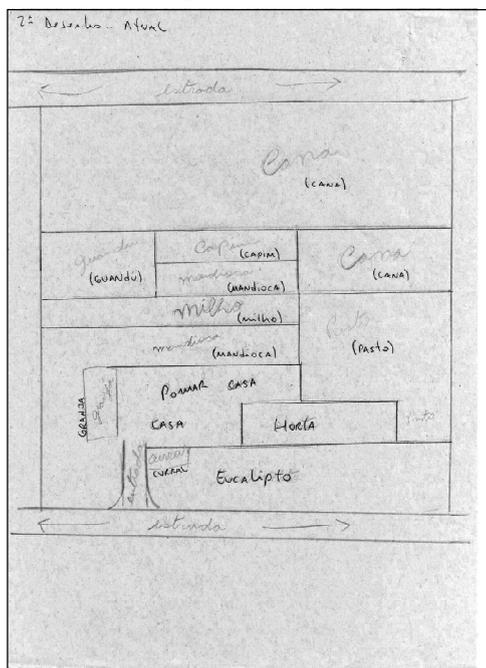


Figura 2. Atual.



Comparando-se os dois desenhos, vê-se que os princípios agroecológicos acompanham a lógica das famílias assentadas e impõem a diversificação ao território, independentemente do uso ou não de insumos externos. As estratégias adotadas se complementam na busca pela sobrevivência econômica da família. Nos alimentos que as famílias produzem para seu próprio consumo, principalmente nos espaços de horta e pomar (2a figura), concentram-se formas de manejo que seguem princípios agroecológicos, embora não estejam restritos a estes espaços.

Para melhor compreensão da diversidade que pode haver no lote em função do autoconsumo, na tabela a seguir, foram colocados os inventários de dois deles. Em ambos constam todos os cultivos que se faz uso alimentar, sem importar sua escala.

Tabela 4. Inventário dos lotes.

Família	Inventário do lote
Família 1	Cultivos energéticos: milho, mandioca, batata, batata doce e inhame. Cultivos protéicos: feijão (carioquinha, favinha, guandu, branco e bico de ouro), criação de galinha e pato (ovos) e de gado leiteiro (queijo, manteiga e requeijão). Cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais): jaca, goiaba (vermelha e branca), amora, manga (bourbon, espada, haden e roxa), pitanga, jabuticaba, acerola, banana (nanica, ouro, prata), abacate, uva, morango, alface (roxa, crespinha e lisa), rúcula, mostarda, espinafre, cebola, tomate, almeirão, cenoura, abóbora, abobrinha, chuchu, couve, catalônia, chicória, salsa, cebolinha, coentro, poejo, hortelã, arruda, erva-doce, erva de santa maria, quina, losna e urucum. Capins e pastos para as criações de gado.
Família 4	Cultivos energéticos: mandioca, batata, batata doce. Cultivos protéicos: Feijão (guandú e catador), criação de gado leiteiro e porco. Cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais): manga (aden, palmer, coquinho, rosa e espada), laranja (pêra, lima e lima da pérsia), acerola, pitanga, castanha do pará, macadâmia, jaca, limão (cravo, galego e taiti), mamão, abacate, goiaba vermelha, banana (nanica, “de fritar” e maçã), abacaxi, maracujá, maçã, guaraná, cajá-manga, nectarina, tamarindo, uva japonesa, morango, cana-de-açúcar (garapa), abil, ingá, gabioba, pequi, alface, couve, almeirão, espinafre, pimenta (doce e ardida), cebolinha, salsinha, cebola, alho, urucum, vagem, quiabo, abóbora, tomate, pimentão, berinjela, chuchu, maxixe, alho japonês, erva-doce, coentro, arruda, alecrim, hortelã, manjeriço, poejo, sabugueiro, babosa. Capins e pastos para as criações de gado.

Fonte: Elaboração dos Autores.

O feijão cultivado nos lotes de todos entrevistados apresenta alta variedade genética. Os assentados têm pelo menos duas variedades cultivadas mas, em alguns casos, chega a até sete tipos diferentes, como no caso de um assentado

de origem mineira. Ele possui feijão catador, de vara, guandú, fava, preto, orelha de padre e bourbon. Esta última, conforme explicou, é uma variedade "lá da terra dele", da qual ele gosta muito e sempre fez uso alimentar porque carregou consigo suas sementes por onde andou. Foi muito comum encontrar esta variedade genética também entre frutas, legumes e verduras como goiaba, manga, banana, laranja, limão, mamão, alface, repolho, cebola, pimenta e outros temperos, em todas havendo mais de uma variedade cultivada e de maneira tradicional, conforme explicitado anteriormente.

Conforme as fotos a seguir, os assentados fazem diversas experiências de diversificação de cultivo no intuito de uma planta ajudar a outra. Segundo os assentados, vai-se descobrindo combinações que dão certo e agregando, no corpo da cultura, o conhecimento empírico daí derivado.



Foto 5. Experiência de consorciamento: pimentão, feijão, berinjela, espinafre, tomate, pimenta e maxixe.



Foto 6. Árvores frutíferas e nativas (recentemente) inseridas na horta.

Ao serem assentadas, uma das primeiras práticas das famílias nos seus respectivos lotes é plantar aquilo que lhes servirá de alimento, fincando simbolicamente suas raízes na terra. As hortas e as árvores frutíferas, os grãos e as leguminosas, as tuberosas e as criações de gado leiteiro, galinha caipira e porco compõem a organização do espaço produtivo do lote, em lugar da monocultura que antes havia ali.

Assim, o complexo conhecimento que resulta no lote ricamente cultivado - e com a pequena criação complementando o fornecimento de alimentos - transborda para o interior da moradia da família assentada, na riqueza das refeições. Do prato de verduras, ao prato principal e à sobremesa, há a restituição das velhas receitas, uma arte que recupera o domínio sobre a saúde do corpo. Da terra ao prato, a família assentada reencontra-se com seu passado para fruir o gosto das suas novas conquistas.

Conclusões

A produção do autoconsumo é inerente à forma de organização do conteúdo do espaço nos lotes do assentamento Monte Alegre. O assentado traz, para as suas práticas produtivas no lote, o arcabouço de suas experiências derivadas de suas origens e trajetórias. Preferências alimentares e conhecimentos se mesclam para restituir, na vida cotidiana da família, um *habitus* característico de um modo de vida tradicional. A luta pela terra, logrando êxito na reconquista desse meio de produção fundamental, acaba revelando uma luta da família para recompor a memória dos sabores e saberes ligados tanto à prática agrícola e pecuária quanto às receitas, com seus temperos, aromas, formatos, os quais orgulhosamente aludem criações culinárias de gerações anteriores e segredos familiares. Pesa a opção, no presente, por aquilo que já deu certo em se tratando da garantia de uma boa oferta de alimentos, "como no tempo dos antigos", fato vivido por eles e/ou por seus antepassados.

O que é produzido para o autoconsumo em muito é definido pelas preferências da família assentada, ora liberta de uma dieta condicionada apenas pela renda monetária auferida num trabalho alienado anterior e na oferta do mercado local. Quanto mais alimentos plantados e processados no interior da unidade familiar, menor é a dependência em relação à compra em supermercados.

A presença do autoconsumo no agroecossistema pode ser considerada sustentável no aspecto relativo ao uso dos conhecimentos tradicionais do meio rural os quais, por seu turno, se baseiam em processos biológicos que respeitam a diversidade de culturas no lote. Com o tipo de agricultura tradicional praticado para obter seus próprios alimentos, muitos insumos externos à propriedade não são usados. Equivalentes naturais e não poluentes, medidas para manter água no sistema, aumento da diversidade agrícola, integração animal e vegetal, entram em seus lugares, refletindo uma prática agrícola e uma alimentação com menores riscos à saúde humana.

Em termos de segurança alimentar, para os assentados rurais é muito importante ter garantido esse direito de produzir seu próprio alimento. Desde que foram assentadas no lote, para as famílias entrevistadas o acesso ao alimento aumentou, assim como aumentou a autonomia em produzir o que querem e em quantidades suficientes para suprir a família, com alimentos produzidos a partir de um tipo de agricultura sustentável, oriunda da tradição. Por isso, considera-se relevante a análise da dinâmica de produção de autoconsumo para além de uma visão meramente produtivista uma vez que imbrica dimensões simbólicas de suficiência e completude; dentre outras, referidas ao valor social da história e trajetória do grupo, legitimando, perante si e o outro, o direito de restituição a

terra como fator de fortalecimento identitário.

Entretanto, um fator exógeno a influenciar positivamente a construção dos agroecossistemas vêm sendo as políticas públicas voltadas à segurança alimentar do município. Embora ainda sem muita expressividade no retorno financeiro, são importantes tais iniciativas por parte do executivo municipal por possibilitar aos assentados a prática agrícola tradicional, ou seja, produzir conforme a lógica autêntica do autoconsumo embora o excedente tenha lugar na cidade. Como a diversificação da cesta de produtos faz parte dessa estratégia, a participação das famílias assentadas em programas municipais dessa natureza tem o potencial de elevar a auto-estima coletiva dos assentados ao se sentirem fazendo parte da cidade, promovendo laços e processos de pertencimento que vão numa direção oposta a de estigmatização de assentados em outras localidades. De outro lado, tais iniciativas permitem o assentado, desde a prática de venda de seus produtos rurais na cidade, se identificar como um cidadão frente os demais os quais, como potenciais compradores, dão-se conta da luta no campo e do valor do trabalho dessas famílias assentadas, incrementando as interações sociais para melhor.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**. Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.

BARONE, L.A. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias de Guariba. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.7, Nupedor/Unesp, p.103-123, 1999.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**. Lembranças de velhos. 14^a Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, Colher, Comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 5^a Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, jul/dez, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.

FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Relatório final de Bolsa Produtividade, CNPq, 2007a.

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento**: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo). Projeto de Pesquisa, CNPq, 2007b.

GARCIA Jr., A.R. **Terra de Trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA Jr., A.R. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989). In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (Orgs.) **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda. Petrópolis: Vozes, 1994.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**. Processos ecológicos em agricultura sustentável. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

KHATOUNIAN, C.A. **A Reconstrução Ecológica da Agricultura**. Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

KURANAGA, A.A.; FERRANTE, V.L.S.B. Feiras do produtor: alternativa

para a sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara. In: Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais, 2008, Araraquara. **Anais...**, CD-ROM, Uniara, Araraquara, 2006.

LEITE, S. **Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar:** uma aproximação à experiência brasileira. Seminário de Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina, 2003, Unicamp, Campinas-SP. Disponível em: <<http://www.fodepal.es/bibvirtual/semex/campina/doc/Sergio%20Leite.pdf>>. Acesso em: 30/05/2008.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição do tema segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.4, p.66-99, 1996.

MARTINS, J.S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MEDEIROS, L.S. de; LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**. Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NORDER, L.A.C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.6, p.40-58, 1998.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B.(Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/Uniara, 2003.

SILVA, M.A.M. **A Luta Pela Terra**: experiências e memória. São Paulo: Unesp, 2004.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.19-32, 2000.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas

emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D.C.A. Soberania Alimentar e Assentamentos de Reforma Agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD, 2008, p.323-340.

WOORTMANN, E. Da dependência à complementaridade. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, n.79, 1993.